

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 574 - Brasília, terça-feira, 28 de outubro de 1997

Novo Código Civil entra logo em votação

Proposta, que será apreciada em novembro, atualiza legislação diante da realidade social de hoje, seus problemas e soluções, diz presidente do Senado

"Uma vitória notável do Legislativo" - assim o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, definiu ontem a votação do projeto do novo Código Civil, prevista para novembro. A proposta está em tramitação no Congresso há

mais de 20 anos. O texto a ser votado é o substitutivo que está sendo elaborado pelo senador Josaphat Marinho. Ainda no mês de novembro, segundo Antonio Carlos, o Senado deverá decidir sobre todos os pedidos de quebra de imunidades parla-

mentares pendentes. O senador informou também que o requerimento de convocação do embaixador Sérgio Amaral para esclarecer gastos com publicidade oficial - lido ontem - será agendado para entrar na Ordem do Dia das próximas sessões. **Página 3**



Antonio Carlos ressalta importância do novo código

NESTA EDIÇÃO

Maldaner pede urgência para a reforma fiscal

O senador Casildo Maldaner lamentou que as reformas do governo estejam reduzidas às propostas relativas à Previdência e à administração pública. "Esqueceram a reforma fiscal", constatou Maldaner, que a considerou a mais importante, urgente e inadiável para o Brasil. O senador acusou o governo de se manter indiferente ao descalabro nas contas da Previdência ao parcelar os débitos dos empresários que recolhem contribuições dos seus empregos e não as repassam ao INSS. **Página 6**

Proposta a criação do Sistema de Defesa Civil

A criação de um Sistema Nacional de Defesa Civil é a proposta da comissão do Senado que estudou medidas que possam minimizar os efeitos do El Niño. **Página 4**



Waldeck foi o relator da Comissão do El Niño

Plenário aprova pesar e destaca o papel do ex-ministro Hélio Beltrão

O ex-ministro Hélio Beltrão, falecido domingo no Rio de Janeiro, foi homenageado ontem no plenário, que aprovou o envio de condolências à família. Ao encaminhar requerimento nesse sentido, o senador Lúcio Alcântara definiu

Beltrão como "um homem que, independentemente da posição ideológica, foi um dos sacerdotes da administração pública no país". O senador Nabor Júnior considerou-o "um dos homens públicos mais respeitados do país". Antonio Carlos Magalhães disse que o ex-ministro deu vigor ao planejamento no país, "numa época em que não se falava quase em planejamento na administração pública".

Página 5

Melo apela aos senadores pelo ICMS na venda de petróleo

Geraldo Melo pediu a apreciação da emenda constitucional que suprime a proibição de o estado produtor cobrar ICMS na venda de petróleo e energia para outras unidades federativas. **Página 6**



Melo faz apelo aos senadores

Plenário vota empréstimo para rodovia

O plenário do Senado vota hoje pedido do governo federal para tomar um empréstimo de até US\$ 275 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

destinado ao projeto de modernização da rodovia Fernão Dias, entre Belo Horizonte e São Paulo.

Os senadores vão apreciar, também na sessão de hoje,

projeto determinando a todos os cartórios que façam gratuitamente o registro de nascimento de pessoas pobres e ainda forneçam a primeira certidão, assim como a certi-

ção de óbito.

O projeto, de iniciativa do presidente da República, já foi aprovado pelos deputados e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Existem no país cerca de 50 milhões de pessoas sem registro de nascimento, conforme estatística do IBGE já apresentada ao plenário pela

senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao discutir outro projeto sobre certidão de nascimento.

Ainda na sessão de hoje, o plenário votará sete acordos de cooperação internacional já assinados pelo governo, entre eles um tratado sobre transferência de presos, firmado com a Espanha, em novembro do ano passado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 51/97, dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265/96, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera o art. 45 da Lei nº 8.935/94, que dispõe sobre os serviços notariais e de registros; "PDL nº 57/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Coreia; "PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Francesa; "PDL nº 63/97, aprova o texto do Acordo, por troca de Notas Verbais, que prorroga, por um período adicional de dois anos, os artigos 10 (parágrafos 2 e 5), 11 (parágrafo 2b), 12 (parágrafo 2b) e 23 (parágrafo 3) da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, de 25 de abril de 1975, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino da Suécia; "PDL nº 64/97, aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino da Espanha; "PDL nº 65/97, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República da África do Sul; "PDL nº 66/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Libanesa; "PDL nº 67/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção Parcial da Exigência de Vistos, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Malásia; e "Projeto de Resolução nº 132/97, autoriza o município de Linhares - ES a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município

COMISSÕES

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 45/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
17h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública para instrução do PLS 183/97, que disciplina a criação dos conselhos de fiscalização profissional.
Convidados: os presidentes dos conselhos federais de Medicina, Waldir Paiva Mesquita; de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock; de Administração, Rui Otávio Bernardes de Andrade; de Economia, Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho; de Contabilidade, José Maria Martins; e de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Eseras Magalhães dos Santos Filho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (29.10.97)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: "Requerimento nº 856/97, do senador Vilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Re-

querimento nº 858/97, do senador Vilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 115/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "PDL nº 72/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana; "PDL nº 73/97, aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Coreia; "PDL nº 75/97, aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho; "PDL nº 76/97, aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção; "PDL nº 87/97, aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático consular, administrativo e técnico; "PDL nº 88/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodpendência, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; "PDL nº 89/97, aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais; "Projeto de Resolução nº 110/97, denega autorização ao município de Goio-Erê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Paraná S.A. no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos seriam destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná

Quinta-feira (30.10.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (31.10.97)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (29.10.97)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 06/96, altera a redação do caput e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voto; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 259/96 (terminativo), acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre a sistemática de saque do FGTS; "PLS nº 253/96 (terminativo), exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; "PLS nº 134 (terminativo), dispõe sobre a propaganda de bebidas alcoólicas e derivados do tabaco através dos meios de comunicação de massa; e "PLS nº 328/95 (terminativo), que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa
Quinta-feira (30.10.97)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96, dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; "PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação à distância; "PLS nº 230/96, inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e "PLS nº 126/97, dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

CAS faz debate sobre conselhos de fiscalização

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza hoje, às 17h, audiência pública para a instrução do projeto de lei do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que disciplina a criação dos conselhos de fiscalização profissional.

Estão convidados os presidentes dos seguintes conselhos federais: de Medicina, Waldir Paiva Mesquita; de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock; de Administração, Rui Otávio Bernardes de Andrade; de Economia,

Francisco de Borja Magalhães Filho; de Contabilidade, José Maria Martins; e de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Eseras Magalhães dos Santos Filho.

Também hoje, às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprecia projeto de lei da Câmara dispondo sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. A matéria tem parecer favorável do senador Romero Jucá (PFL-RR).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciol da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Antonio Carlos considera a aprovação do novo código uma "vitória notável" do Poder Legislativo e elogiou o trabalho do relator Josaphat Marinho. Há mais de 20 anos a matéria está em tramitação no Congresso Nacional

Votação do Código Civil será no mês que vem

ACM volta a defender a privatização da Petrobrás

O presidente do Senado voltou a defender ontem a privatização da Petrobrás, embora admita que será preciso aguardar pelo momento adequado; e disse que cabe ao presidente Fernando Henrique Cardoso a última palavra nas divergências entre as autoridades responsáveis pelo setor a respeito do assunto.

- No momento, a privatização não deve ser feita, mas será, mais cedo ou mais tarde; é uma coisa lógica - afirmou Antonio Carlos Magalhães.

A respeito das posições divergentes dos presidentes do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, e da Petrobrás, Joel Rennó, o senador afirmou que cabe ao presidente da República decidir.

- O presidente da Petrobrás deu uma resposta lógica, ao dizer que cada um fala o que desejar: isso é democrático.

Entretanto, há uma posição do governo que a Petrobrás não está seguindo. O presidente da República é quem deve dizer o que fazer - finalizou Antonio Carlos.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que considera a votação do projeto do novo Código Civil, prevista para o mês que vem, "uma vitória notável" do Legislativo. A proposta de alteração do código está em tramitação no Congresso Nacional há mais de 20 anos.

- O Legislativo só se

prestigia na medida em que vota as leis. Somos pagos para legislar e votar - afirmou.

Antonio Carlos Magalhães elogiou o trabalho do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que deverá concluir seu parecer nos próximos dias, prevenindo que seu nome "vai ficar na História do Brasil, como os de Teixeira de Freitas,

Clóvis Bevilacqua e Orlando Gomes".

O senador disse que é impossível apontar, entre os mais de 2 mil artigos do novo código, quais são as alterações mais relevantes.

- O importante é que se está mudando tudo, é essa atualização com a sociedade de hoje, seus problemas e soluções - disse.

Quebra de imunidade também consta da pauta de novembro

Antonio Carlos anunciou também ontem que o Senado deverá decidir sobre todos os pedidos de quebra de imunidade de parlamentares pendentes de deliberação durante o mês de novembro.

Ele disse que o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral, já tem uma lista dos parlamentares com pedido de quebra de imunidade solicitada pelo Supremo Tribunal Federal.

O presidente do Senado informou também que requerimento de convocação do em-

baixador Sérgio Amaral, porta-voz do presidente da República, para dar esclarecimentos sobre gastos com publicidade oficial, que foi lido ontem, será agendado para entrar na Ordem do Dia das próximas sessões.

A convocação de Sérgio Amaral ao plenário foi requerida pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), para esclarecer denúncias de favorecimento de agências de publicidade, tendo em vista que o próprio porta-voz manifestou, pela imprensa, desejo de comparecer ao Congresso para explicar o assunto.

Antonio Carlos defendeu a posição do governo, afirmando que "é incrível" pretender que a publicidade do governo fique a cargo dos seus inimigos.

- A publicidade tem que ter concorrência, evidentemente, mas tem um lado de confiança de quem faz. Se a agência não merece confiança, não pode nem participar da concorrência, ninguém vai pagar para ter uma campanha publicitária contra o governo. Infelizmente, a mídia não vê as coisas como são, e sim um pouco distorcidas, mas isto é natural - disse.

Mesa envia PLC a exame na Comissão de Justiça

Antonio Carlos Magalhães comunicou ontem ao plenário ter decidido submeter à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara nº 59/97, que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O presidente do Senado entende que a proposição invade a competência privativa da Casa. "Não há por que a Câmara retirar qualquer atribuição do Senado", observou.

Conforme as informações que acompanham o despacho de Antonio Carlos, o projeto da Câmara propõe alterações na Resolução nº 69/95 do Senado, que trata de endividamento estadual e municipal. Antonio Carlos Magalhães pede à CCJ, se confirmado que o projeto dos deputados realmente afeta a competência constitucional dos senadores, que informe sobre o procedimento a ser adotado na tramitação do PLC nº 59/97.



A VISITA DAS DEBUTANTES

O presidente do Senado recebeu ontem um grupo de jovens que participaram do baile de debutantes do Clube do Exército, no dia 8 de novembro. As jovens encontraram o senador quando Antonio Carlos Magalhães saía do plenário, ao

término da sessão, e ele concordou em recebê-las, para fotos, no gabinete da presidência, onde cumprimentou a todas, desejando especial sucesso a Janáfina Batista da Silva, que é deficiente física e compareceu em cadeira de rodas.

Repases de recursos da União, em caso de calamidades públicas, só poderiam ser realizados mediante a apresentação prévia do Plano de Defesa Civil da administração interessada

Comissão do *El Niño* propõe Sistema Nacional de Defesa Civil

A comissão especial criada pelo Senado para propor medidas preventivas que possam minimizar os efeitos do fenômeno *El Niño* apresentou, na conclusão de seus trabalhos, projeto que cria o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), dando-lhe caráter permanente e estruturando-o para atuar de forma descentralizada e em coordenação com as unidades federativas.

Presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) e tendo como relator dos trabalhos o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), a comissão entende que a medida preencherá importante lacuna no conjunto de normas em vigor, especialmente quanto aos instrumentos que possibilitem à União responder por sua obrigação constitucional de planejar e promover a defesa permanente em momentos de calamidade.

Dessa forma, o Sindec será constituído por órgãos e enti-



Waldeck Ornelas relatou os trabalhos da comissão



Roberto Requião presidiu a comissão do "El Niño"

dades da administração pública federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação dos órgãos centrais do sistema que, por sua vez, integrarão a estrutura do Poder Executivo.

O ponto de destaque do projeto diz respeito à obrigatoriedade que terão os municípios, Distrito Federal, estados e União de, num prazo de três anos a partir da vigência

da nova lei, formular planos de defesa civil, a serem atualizados periodicamente, para que se estabeleça uma política de defesa civil coerente.

Assim, e em cumprimento ao disposto na Constituição, o projeto prevê que o repasse às unidades federativas de recursos da União originários de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidades públicas, só poderá ser realizado se tiver

sido apresentado o Plano de Defesa Civil da administração interessada, além de indicada a entidade pública que irá gerir o emprego desses recursos.

O projeto prevê que os municípios, o Distrito Federal, os estados e a União alocarão, no Plano Plurianual e nas leis orçamentárias anuais, recursos destinados à realização de obras e outras ações integrantes da política de Defesa Civil.

Benedita pede por exame psicológico obrigatório

Com o argumento de que o veto à medida não passou de um equívoco, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos parlamentares para que "façam retornar ao corpo do texto do novo Código de Trânsito" a obrigatoriedade do exame psicológico para a concessão de carteira de motorista.

Benedita da Silva acentuou que, "com a exclusão do exame psicológico, fica valendo somente o exame físico-mental, que não pode e não deve



Benedita alerta para a violência do trânsito no Brasil

ser confundido com diagnóstico das capacidades e habilidades psicológicas e psicofísicas, capazes de detectar desvios de comporta-

mento como agressividade, depressão crônica e profunda e outros".

- Num trânsito violento como é o do nosso país, cujos nú-

meros anuais de mortos e mutilados são maiores do que os de muitas guerras espalhadas pelo mundo, entendemos a necessidade de um código rígido, a exemplo do que foi aprovado pelo Congresso, e quanto maior o rigor na avaliação para concessão de habilitação, melhor. E ainda que o nosso atual modelo de exame não seja ideal, o que deve ser feito é um trabalho de melhoria nos padrões e normas estabelecidas, e não sua simples supressão - disse.



Ignácio: agilidade judicial

Ignácio facilita uso de penas alternativas

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto estabelecendo que as penas restritivas de direitos poderão ser aplicadas diretamente em substituição às privativas de liberdade inferiores a um ano, ou no caso de crime culposos.

Ele argumenta, na justificativa, que o projeto "contribuirá para a agilização das decisões em processos judiciais que tratam de delitos de menor potencial ofensivo, ao mesmo tempo que oferecerá aos tribunais o fundamento legal para a justa compensação dos períodos de pena já cumpridos".

Depois de salientar que a introdução das penas restritivas de direito na legislação penal brasileira, em 1984, vem se apresentando como solução das mais inteligentes, ele sustenta que ainda é possível aperfeiçoá-las. "Para isso, é preciso instrumentalizar os juízes com a possibilidade de as aplicar diretamente, sem a fixação prévia da pena restritiva de liberdade, desde que mantidos os requisitos elencados nos incisos do art. 44 do Código."

Bezerra destaca resgate da Marcha para o Oeste

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou a criação da Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste, uma entidade que busca resgatar a memória da conquista dessa região do país. Para o senador, "é triste saber que tantos feitos realizados por heróicos brasileiros" não fazem parte do conhecimento do nosso povo, que, conforme acentuou, está mais familiarizado com a "saga" dos pioneiros do Oeste americano.

Conforme o senador, a Marcha para o Oeste, empreendida durante o Estado Novo, representou a retomada dos ideais dos bandeirantes, de interiorização do país. "Quando essas histórias e lendas forem divulgadas, ve-



Bezerra: marcha no Estado Novo

remos que também nós passamos pela aventura de conquistar o Oeste, e que essa conquista não foi menos dura do que aquela que os filmes americanos se encarregaram de mostrar para o mundo todo", disse ele.

Patrocínio abre cruzada contra sexo por telefone

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto que proíbe a divulgação, por veículos de comunicação, de números de telefones para ligações eróticas. O texto define como ligações eróticas o chamado "sexo por telefone", no qual o usuário ouve sons e frases que simulam práticas sexuais, e prevê penas que vão a até um ano de detenção e multa de um a 20 salários mínimos para os que reincidirem.

Patrocínio argumenta que a proibição pretendida atende aos preceitos constitucionais que exigem das emissoras de rádio e televisão "respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família". Além

disso, faz cumprir as determinações legais que proíbem aos veículos impressos "ofender a moral pública e os bons costumes", acrescentou.

A febre dos *disque* e dos *tele* invade as residências, aliciando os mais incautos, os solitários, os crédulos, os curiosos, os mais influenciáveis. Esses adjetivos, quase todos, caracterizam o adolescente que, principalmente durante o horário de trabalho dos pais, encontra-se exposto a situações que variam do embuste de um *disque anjo*, que garante a identificação do anjo de guarda de cada um, ao erotismo deturpado de um *telepornô*, em que jovens de ambos os sexos ouvem aberrações referentes a atividades sexuais - explicou.

Na opinião de Carlos Patrocínio, os empresários responsáveis por essas atividades, ao manipularem intencionalmente a curiosidade e a inexperiência dos adolescentes, incorrem, ainda, em crime contra a economia popular, pois divulgam números de telefones de outros estados e de outros países, resultando em tarifas inurbanas e internacionais muito elevadas, "em razão do longo tempo de cada ligação a que os usuários são induzidos".



Patrocínio: valores éticos e morais

"Um sacerdote da administração pública", segundo Alcântara. "Um dos homens públicos mais respeitados", completa Nabor Júnior

Plenário presta homenagem ao ex-ministro Hélio Beltrão

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a inserção em ata de voto de profundo pesar e o envio de condolências à família e ao estado do Rio de Janeiro, pelo falecimento do ex-ministro Hélio Beltrão.

Ao encaminhar o requerimento, o senador destacou o "legado" nas áreas de planejamento e desburocratização deixado por Beltrão, "um homem que, independentemente da posição ideológica, foi um dos sacerdotes da administração pública no país".

Lúcio Alcântara lembrou a passagem de Hélio Beltrão pelo Ministério da Previdência, pelo Planejamento e pela presidência da Petrobrás, e ressaltou a sua importância para a organização do serviço público brasileiro. Segundo disse, o ex-ministro "figurarà para sempre na história desse setor



Alcântara: Beltrão foi o único ministro popular do governo João Figueiredo

no Brasil".

Durante o governo Figueiredo comandou também o Ministério da Desburocratização, quando foi considerado o único ministro popular da época, realizando intenso esforço para suprimir documentos, carimbos e trâmites desnecessários à plena eficiência dos órgãos públicos - ressaltou.

Alcântara registrou ainda a atuação do ex-ministro na

iniciativa privada, onde dirigiu "com destaque" o grupo Mesbla e o grupo Ultra.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) elogiou o desempenho de Hélio Beltrão à frente da Pasta do Planejamento, e associou-se, em nome do partido, às homenagens à memória do ex-ministro. "Foi um dos homens públicos mais respeitados do país", afirmou.

"Ele serviu ao país sem distinção de partidos ou ideologias"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se ao "pesar da nação brasileira" pela morte do ex-ministro Hélio Beltrão, ressaltando as suas "qualidades invulgares de homem público e abnegação para desenvolver o setor público brasileiro". Ele disse que Beltrão deu vigor ao planejamento no país, "numa época em que não se falava quase em planejamento na administração pública".

O seu passamento, realmente, abre uma lacuna entre os homens públicos que servem e que gostam de ser-

vir ao seu país, sem distinção de partidos ou credos ideológicos - acentuou.

Antonio Carlos Magalhães lembrou que Hélio Beltrão foi ministro por três vezes, presidente da Petrobrás e ocupou cargos importantes na iniciativa privada. "Era um cidadão afável que contribuía, na medida dos seus conhecimentos, para que o país alcançasse os rumos do desenvolvimento. Sempre a mesma figura, talhado que foi para a convivência humana", assinalou.

Por isso, o Senado da República se associa ao pesar

do povo brasileiro pelo falecimento de Hélio Beltrão e enviará o resultado desse requerimento, como também o pesar de todos os estados do país, já que somos representantes da Federação, à sua família, a seus filhos, a sua esposa Maria Beltrão, grande arqueóloga, que com ele fazia um par extremamente agradável. Daí por que me associo, em nome do Senado, do povo brasileiro aqui representado, às homenagens de pesar da nação a Hélio Beltrão - concluiu.

"A Constituição consagra, absurdamente, um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas"

Melo não abre mão do ICMS de petróleo e energia

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) pediu ontem a imediata discussão e votação pela Casa de proposta de emenda constitucional de sua autoria que suprime a proibição de o estado produtor arrecadar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na exportação de petróleo e energia elétrica entre unidades da Federação. Ele lembrou que a proposta foi apresentada em março de 1995.

- O único efeito dessa norma constitucional é o de proibir o pagamento de ICMS no estado onde são produzidos os bens a que se refere quando remetidos para outros estados. Isso prejudica os estados produtores mais pobres e em nada beneficia o usuário final dos produtos derivados de petróleo, gás ou energia elétrica - justificou.

Geraldo Melo comentou que o consumo de petróleo e energia elétrica varia de acordo



Melo: interesses superiores?

com a renda e o tamanho da população de cada estado, mas que a localização das jazidas e das quedas d'água não segue essa regra e, geralmente, estão nas regiões mais pobres. "Enquanto as regiões produtoras de petróleo ou energia são consumidoras quantitativamente desimportantes desses produtos, os estados mais desenvolvidos são seus grandes

consumidores", salientou.

- Ao punir o estado produtor, proibindo-o de arrecadar o tributo e transferindo para o estado consumidor toda a receita, a Constituição consagra, absurdamente, um mecanismo permanente de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas - disse.

Geraldo Melo explicou que, para o consumidor desses produtos, o dispositivo constitucional é indiferente, pois o ICMS é um imposto não-cumulativo. "Não se conhece até hoje qualquer explicação que revele ao país quais são os interesses superiores do povo brasileiro que justificaram essas exceções", frisou.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) elogiou o pronunciamento, lembrando que seu estado é prejudicado por essa isenção de ICMS, visto que Manaus possui a única refinaria de petróleo da região Norte.



Maldaner: prêmio a devedores

mostra indiferente ao descalabro nas contas da Previdência quando venda os olhos para empresários que recolhem contribuições de seus empregados e não as repassam, ou quando as empresas sonham o recolhimento à Previdência, pois o presidente Fernando Henrique baixou medida provisória com regras para o refinanciamento das dívidas previdenciárias, "ou seja, um prêmio a devedores para os quais a letra da lei é inexistente".

Maldaner reclama urgência para a reforma fiscal

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a importância da realização de uma reforma fiscal e tributária ao afirmar que "é imperioso que se reveja a competência fiscal dos entes federativos e a justa distribuição de suas receitas e encargos financeiros". Ele argumentou que as reformas do governo estão reduzidas aos projetos de previdência e administração pública e que a fiscal foi esquecida, "a despeito de ter sido considerada, inicialmente, a mais importante, urgente e inadiável para o Brasil".

De acordo com o senador, a reforma da Previdência Social pode se constituir num grande passo para a privati-

zação da saúde no Brasil, pois, se o Estado não tem condições de assumir seus deveres com a sociedade nesse setor, com certeza deixará lacuna a ser preenchida pela "sanha do capitalismo internacional".

O senador ressaltou que, constantemente, a imprensa publica matérias sobre o prejuízo dado à Previdência, que já chega a 26 bilhões de dólares. Ele lembrou que as matérias publicadas falam da quase impraticabilidade da cobrança das dívidas por insuficiência de fiscalização e mostram a sonegação maciça, o vasto endividamento de empresas e até de entidades do próprio governo federal.

Para Maldaner, o governo se



Palmeira: sim no 2º turno

Palmeira diz por que votou pela reforma da Previdência

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) justificou sua posição em relação à discussão da reforma da Previdência e ao voto favorável que deu ao texto aprovado pelo Senado durante a votação em segundo turno. O senador explicou que não votou a matéria no primeiro turno por considerar que apresentava ambigüidades e que não definia o modelo a ser adotado.

Na opinião do senador, o projeto precisava, desde o início de sua tramitação no Congresso, de uma orientação programática, na medida em que tratava apenas de resolver um problema circunstancial: o desequilíbrio das contas do sistema previdenciário brasileiro. A proposta, explicou o senador, não fazia opção entre os dois modelos existentes no mundo, o da chamada "repartição", de regime único, geral e igualitário para todos; e o denominado de "capitalização", que condiciona os benefícios aos descontos verificados na vida profissional de cada contribuinte.

Comentou o senador que durante o processo de discussão da matéria ele procurou demonstrar que o primeiro modelo, adotado no Brasil, "por deficiência de gestão", havia levado à situação atual e que a reforma da Previdência era "inseparável da mudança do modelo de relações do trabalho" no país. Segundo Palmeira, esse modelo - "cuja inflexibilidade legal de mais de 40 anos criou uma circunstância em que apenas 47% da população economicamente ativa e efetivamente empregada era contribuinte da Previdência" - foi a principal razão de seu desequilíbrio.

CARTAS

"O *Jornal do Senado* tem sido uma valiosa fonte de informações para os vereadores de Pato Branco. As matérias do jornal são selecionadas pela assessoria de imprensa desta Câmara Municipal e, depois, são fotocopiadas e colocadas à disposição dos vereadores.

Também sugerimos que o jornal seja enviado às escolas do país, para ajudar na politização dos jovens e crianças e para que os alunos conheçam o que realmente ocorre no Senado."

Aldir Venduscolo - pres. da Câmara Municipal de Pato Branco-PR

"Gostaria de receber o *Jornal do Senado*, que é um excelente veículo de comunicação.

Aproveito para parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais pela aprovação do projeto que obriga as empresas que constituem Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) a contratar pelo menos um técnico em segurança do trabalho."

Silvan Rodrigues Xavier - assessor da Câmara Municipal de Rio da Conceição-TO

"A equipe da 'Protal Extintores' está satisfeita por receber regularmente o *Jornal do Senado*, uma fonte de informações variadas, que interessa aos que se preocupam com o país. Parabenizamos, também, pela iniciativa de criar a seção 'Conheça o Senado', que permite ao leitor avaliar a importância da instituição na vida dos cidadãos brasileiros."

Anderson Figueiredo - gerente (Ribeirão Preto-SP)

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pela excelente ideia de divulgar as discussões travadas no Senado, que são de interesse público. Peço, também, a inclusão de meu nome como assinante desse jornal."

Rômulo Júnior (Ceará-Mirim - RN)

"Sou estudante de Comunicação e quero parabenizar o excelente trabalho feito pelo *Jornal do Senado*. Informo, ainda, que incluí em minha coleção de jornais do mundo um exemplar do *Jornal do Senado*."

Antonio Guimarães (Borda da Mata-MG)

Demissões e outras mudanças na administração paraense durante o impedimento do governador provocaram a reação do senador

Coutinho quer definir a função do vice-governador

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) elogiou ontem a Assembleia Legislativa do Pará pela proposta de elaboração de um projeto de lei disciplinando a questão da substituição temporária do governador em curto espaço de tempo - até 15 dias. O senador disse que isso pode ser um fato positivo para a crise que está vivendo o estado com o afastamento do governador Almir Gabriel, além de colocar em pauta a função de vice-governador.

Coutinho Jorge lembrou que, em razão do afastamento de Gabriel por motivos de saúde, o vice-governador, Hélio Gueiros Júnior, assumiu e tomou decisões, como a exoneração de cinco secretários estaduais, do presidente do banco estadual (Banpará), de assessores do governador e de diretores de estatais, além de romper acordos com a Companhia Vale do Rio Doce, fatos que, a seu ver, criaram "o caos na administração pública estadual e uma estupefação nacional".



Coutinho: vice satisfez seu ego

O vice-governador apenas substituiu o titular. Não deve, portanto, cometer atos radicais ou que mudem a direção do governo. O bem comum e o interesse público devem vir em primeiro lugar, mesmo que não exista afinidade política entre governador e o seu vice, que não deve usar o cargo que ocupa, temporariamente, para retaliações e demonstrações de poder, com a adoção de medidas descabidas, incoerentes e até ilegais - afirmou.

Para Coutinho Jorge, cabe ao vice assumir a direção do estado durante o impedimento temporário do governador dan-

do continuidade à administração, de forma a haver continuidade nos negócios do estado e que a população não seja surpreendida ou prejudicada por atos casuísticos. "As atitudes tomadas podem dar uma satisfação ao ego do vice, mas trazem consequências danosas para o estado", destacou.

O senador lamentou que o Pará, "em consequência das incoerências e mazelas de sua política interna", ocupe, mais uma vez, espaço negativo na mídia nacional. Ele citou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Caso para camisa-de-força", relativo ao recente episódio no estado.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defendeu uma mudança constitucional para evitar problemas como os que estão acontecendo no Pará em consequência do afastamento do governador. Conforme assinalou, nos Estados Unidos, mesmo quando o presidente viaja para outros países, não há transferência de poder.

Abdias denuncia associação para retirar madeiras da Amazônia

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) expressou ontem preocupação ao tomar conhecimento de que o empresário malaio George Fan Yn Yong, através da madeireira Rimbunan Hijau, incorporou, em sistema de *joint venture*, as madeiras paraenses Maginco Verde e Salva-Plac Verde, dando início a um projeto que pretende fazer do Brasil o líder mundial no mercado de madeiras. Yong - conforme Abdias - atua a convite do governador do Pará, Almir Gabriel, e já investiu US\$ 35 milhões.

Conforme o senador, "o imenso desastre ecológico provocado pela ação dos madeireiros naquela região da Ásia deve ter para nós sabor de advertência,

ainda mais quando a Amazônia enfrenta uma situação semelhante".

Há cerca de dois meses - advertiu - os incêndios devastam "impiedosamente as florestas da Indonésia e da Malásia". De acordo com o senador, já se queimou uma área equivalente a seis vezes o estado do Rio de Janeiro destruindo reservas ecológicas e alimentando uma nuvem de fumaça que se espalha sobre seis países.

Abdias lembra que, num momento em que populações inteiras de países asiáticos estão



Abdias: perigo malaio

ameaçadas de asfixia pelas queimadas promovidas por madeireiros, "o povo brasileiro tem todo o direito, e até mesmo o dever, de cobrar explicações dos responsáveis".

O senador cobrou do Ibama a divulgação do estudo que supostamente fez sobre o assunto, "indispensável para que o projeto da madeireira malaia fosse aprovado". Ele também se referiu à reportagem divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, "que levanta os muitos aspectos duvidosos dessa sombria transação".

Odacir elogia ação positiva registrada pelo BNDES

Ao comunicar à Casa o recebimento do Relatório de Atividades de 1996, do BNDES, o senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou o desempenho econômico-financeiro da entidade e a participação no processo de privatização em curso no país.

Segundo o relatório, enviado pelo presidente Luiz Carlos Mendonça de Barros, o BNDES tem sido banco do pró-emprego e do aprimoramento da relação capital-trabalho, o banco do apoio à pequena empresa, catalisador do desenvolvimento regional, além de ser o banco da reforma do Estado, da privatização em âmbito federal e do apoio às privatizações estaduais.

- O próprio presidente do



Odacir: elogio ao relatório oficial

BNDES, ao descrever, na apresentação de seu relatório, os papéis que a instituição vem sendo convocada a desempenhar, define-a com um banco plural e, para comprová-lo, desdobra o leque das múltiplas tarefas que a entidade tem desincumbido - disse o senador.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), relator do projeto que pede o fim da categoria de juizes classistas remunerados (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e Lázaro Marques, presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF, sobre a abertura do comércio aos domingos (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) (reapresentação)
- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada à tarde)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e Lázaro Marques, presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF (inédito)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Senador acha que "o país está dando certo e não há nenhuma recessão à vista", ao contrário do que prevêem "profetas da catástrofe"

Parga valoriza papel do capital externo no país

O senador Bello Parga (PFL-MA) considerou positiva a atual política econômica por facilitar o ingresso de capital externo no país, argumentando que essa medida tem mantido sob controle o elevado déficit de 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB). "Trata-se de investimentos produtivos diretos que vêm complementar saudavelmente a poupança interna do Brasil, aumentando sua vitalidade econômica."

As reservas em moeda estrangeira correspondem a mais de US\$ 61 bilhões, no seu entender, o bastante para compensar as despesas com importações, remessas de lucros e pagamentos de juros



Parga: reservas compensam

da dívida externa, que, nos últimos 12 meses, chegaram a aproximadamente US\$ 33 bilhões.

Ao contrário de previsões de alguns "profetas da catástrofe" que apontam para o des-

moronamento do sistema econômico, Bello Parga acredita que "o país está dando certo e que não há nenhuma recessão à vista". Conforme ressaltou, dados apresentados pelo IBGE indicam crescimento de 4,5% na indústria e de 4% no PIB.

Para o senador, a estabilização de preços, consequência da implantação do Plano Real, também tem contribuído para o crescimento econômico. "Houve um reajuste de preços, que estavam inchados, para níveis razoáveis, adequados ao custo de produção do produto", esclareceu o senador, enfatizando que a inflação do setor de serviços em janeiro era de 20% e caiu para 11% em junho.

Para João Rocha, Banco Central não pode negar dados sigilosos ao TCU

O senador João Rocha (PFL-TO) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que obriga o Banco Central e instituições financeiras públicas a prestarem informações pedidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), desde que solicitada por dois terços dos membros daquela corte. Ele entende que o projeto fortalecerá as prerrogativas do Congresso e do TCU, "em benefício da lisura e da transparência dos negócios públicos".

João Rocha explicou que o Banco Central, "na tentativa de fugir ao controle externo e alegando ser o guardião do sigilo bancário, recorreu até mesmo ao Supremo, invocando tutela jurisdicional", para deixar de prestar informações solicitadas. A seu ver, a ser aceita essa tese, mesmo o plenário da Câmara ou do Senado ficariam impedidos de obter as informações necessárias para o exercício da função fiscalizadora que devem



João Rocha: sigilo fica com TCU exercer.

Para anular as alegações do Banco Central e resguardar os interesses legítimos, João Rocha disse ter incluído, no projeto, dispositivo que dá às informações prestadas pelas instituições financeiras públicas o mesmo caráter sigiloso de que se revestiam anteriormente, "só podendo a elas ter acesso as partes legítimas da causa, que delas não se poderão servir para fins estranhos à mesma".

- A meu ver, não se trata de

quebra do sigilo bancário, mas da sua transferência para outro Poder - disse o senador, na convicção de que a posição adotada pelo Banco Central diante das exigências de controle externo "inviabiliza a necessária transparência que garante a legitimidade da ação do agente público, subvertendo o princípio da igualdade de todos perante a lei".

O senador esclareceu que na proposição por ele apresentada caberá ao Congresso disciplinar, por meio de resoluções específicas, as formas e condições para a transferência das respectivas informações. "Na medida em que se questiona a legitimidade de o TCU constar no rol de instituições capazes da transferência do sigilo, por força de leitura positiva do disposto em norma legal, é indiscutível a necessidade de se buscar a adequação de tal dispositivo aos ditames do estado democrático", garantiu.



Substitutivo é de Josaphat



Campos é o autor da proposição

Câmara vai examinar projeto que regula CPI

O substitutivo do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) à proposição que altera a Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe sobre o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), encontra-se na Câmara dos Deputados. A medida, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), prevê que no exercício de suas atribuições a CPI poderá requerer a convocação de ministro de Estado, tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados e inquirir testemunhas.

Ainda de acordo com a medida, a pessoa que não comparecer a intimação perante a CPI sem motivo justificado

estará sujeita às punições do Código Penal Brasileiro e sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que reside ou se encontre.

Outra modificação aprovada de forma terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) diz respeito à criação de uma CPI. Pela medida, a implantação dependerá de requerimento de um terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto ou separadamente. Segundo a lei em vigor, a criação de comissão parlamentar de inquérito se dará por deliberação do plenário, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros das duas Casas.

Proposta de Jefferson aperfeiçoa concursos

Projeto de lei do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) estabelecendo que todo concurso público será realizado por uma entidade independente do órgão que deseja contratar o servidor foi encaminhado à Câmara dos Deputados. A proposição, relatada pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), recebeu aprovação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e não foi apresentado recurso para apreciação da matéria pelo plenário.

- O objetivo deste projeto de lei é contribuir para aprimorar o instituto do concurso público. Sabemos que hoje muitas vezes o próprio órgão interessado em contratar servidores, valen-



Jefferson: rigor em concursos

do-se do concurso, organiza e promove as provas. Tal procedimento não colabora para a necessária transparência, essencial à moralidade, que o processo seletivo deve ter - afirmou Jefferson Péres na justificação da matéria.